



conceito”, contou Luis Salvatore, presidente do Instituto Brasil Solidário.

Os jogos se complementam. “Piquenique”, voltado para alunos entre seis e 10 anos de idade, visa familiarizar os alunos com o conceito e a prática de poupar. Nele, a garotada imaginará um passeio ao ar livre e, ao longo do percurso, vão surgindo desafios que exigem tomadas de decisões e cumprimento de responsabilidades do dia a dia, como o pagamento de contas.

Já “Bons Negócios”, para estudantes de 10 a 14 anos, traz o conceito e a prática de investir, ou seja, multiplicar o que foi poupado. Por meio de cartas, as crianças se aproximarão da experiência de investir, inclusive instigar negociações e ter uma visão ampla da rotina de um empreendedor já atuante.

“Os jogos foram testados em 20 mil alunos no Ceará para vermos a adesão e o resultado. E foi fantástico. Percebemos que tínhamos então uma ferramenta interessante. Então iniciamos a etapa da expansão para as cidades do país, sempre com acompanhamento pedagógico e um plano de aulas”, continuou Salvatore.

Segundo ele, ficou claro que, quando se trabalha com materiais físicos, a mudança de comportamento é imediata. “Apesar de a moeda ser fictícia, as situações são reais. E ela ocorre não só para os pequenos, mas familiares e o professor é tão beneficiário quanto o aluno. No final, todos aprendem juntos”.

A meta é, até o final de 2019, alcançar 160 mil alunos.

ENSINO.

Alunos do sexto ao nono ano da rede de ensino municipal de São José dos Campos participam duas vezes na semana de aulas de enriquecimento escolar, onde são trabalhados os temas consumo sustentável, educação fiscal, educação financeira e educação empreendedora.

A rede conta ainda com os programas “Jovens empreendedores primeiros passos”, realizado em parceria com o Sebrae, e que promove a cultura empreendedora no ensino municipal; e “Educação fiscal”, em parceria com a Receita Federal/CEDEMP Centro de Educação Empreendedora), que tem o objetivo de fornecer aos alunos conhecimento sobre tributos e administração pública, valorizando a democracia e a função social da tributação.

Em Jacareí, professores da rede municipal de ensino fizeram um Curso de Educação Financeira. “O curso proporcionou conteúdos e vivências para que os professores apliquem a educação financeira primeiramente em suas próprias vidas e, conseqüentemente, em sala de aula, trabalhando de forma lúdica com os alunos por meio de projetos de Boas Práticas”, informou nota da prefeitura.

Assim professores tiveram aulas de acompanhamento pedagógico para a aplicabilidade (coaching educacional) da Matemática Financeira em sala de aula e o assunto foi também tema de palestra no retorno às aulas do meio do ano e de oficinas na Jornada Pedagógica. Em sala de aula, professores trazem uma si-

tução-problema onde os alunos devem pensar e fazer os cálculos para realizar as melhores escolhas para os seus gastos.

A Prefeitura de Taubaté informou que a rede municipal de ensino não possui orientações/aulas sobre educação financeira. E, segundo a Secretaria de Educação, não há a intenção de instituir essa “disciplina” nas escolas municipais.

Para Claudia, da AEF-Brasil, o grande desafio da educação financeira hoje nas escolas públicas é dar escalabilidade, ou seja, disseminar o conteúdo e capacitar os professores para aplicar o tema em sala de aula.

“Esse desafio tem sido enfrentado pela associação com sucesso por meio dos diversos projetos e da formação de uma rede de educação financeira que contemplam Polos Estaduais e Municipais. Nos Polos Estaduais de Educação Financeira, em parceria com as secretarias estaduais de Educação e universidade federais, o objetivo é formar professores em cursos de maior duração, como os cursos de extensão. Os polos já em funcionamento estão nos Estados do Tocantins, Paraíba, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. E, o mais recente projeto é a capacitação em cidades de todo o país por meio de parceria com as secretarias municipais de educação”, afirmou.

A formação de professores da rede pública em diferentes municípios segue as diretrizes da Enef, ou seja, gratuidade das ações, atuação por meio de informação, formação e orientação e parcerias com órgãos e entidades públicas e instituições privadas, entre outras.

Em tempo, o 2º Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira, um projeto da Enef, coordenado pela AEF-Brasil, mostrou que, em 2018, foram realizadas mais de 1.300 iniciativas em todo o Brasil, entre escolas do ensino médio e universidades, públicas e privadas, associações, cooperativas e órgãos da iniciativa privada. Entre as boas notícias registradas pelo estudo está o aumento do número de ações em escolas públicas. Em 2013, as iniciativas ultrapassavam pouco mais de 30%. Em 2018, elas saltaram para 50%. Metade das iniciativas mapeadas são da área de educação formal.